



## TRAMA E INTERSECCIONALIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE PAULO FREIRE E KIMBERLÉ CRENSHAW NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

**Tiago Rodrigues Moreira**

Doutor em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP e Professor Substituto de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais-Campus Santos Dumont, MG, Brasil.

[tiago.rodrigues.moreira3@gmail.com](mailto:tiago.rodrigues.moreira3@gmail.com)

**Felipe Costa Aguiar**

Doutor em Geografia e Pós -Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil.

[felipeaguiar@id.uff.br](mailto:felipeaguiar@id.uff.br)

**Maira Kahl Ferraz**

Doutora em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP e Professora de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ICSHA- UNICAMP, São Paulo, Brasil.

[mairakferraz@gmail.com](mailto:mairakferraz@gmail.com)

### Resumo

Neste artigo promovemos uma conversa entre Paulo Freire e Kimberlé Crenshaw para tensionar os conceitos de trama e interseccionalidade, pensando-os em seus limites e em suas contribuições. Realizamos um estudo bibliográfico, levando em conta as obras dos autores que tratam dos conceitos de trama e interseccionalidade e também textos que comentaram as reverberações dessas noções nas humanidades. A leitura que realizamos desses conceitos teve como objetivo descrever os sentidos que são albergados por esses termos para caracterizá-los e diferenciá-los, permitindo assim que apontássemos contribuições de ambos. Concluímos que Paulo Freire e Kimberlé Crenshaw escreveram sobre trama e interseccionalidade em épocas diferentes, o que resultou em diferenças epistemológicas, ontológicas e metodológicas, porém, quando os colocamos em diálogo nos estudos das humanidades, inúmeras possibilidades de pesquisas e de reflexões acerca da educação surgem no horizonte, como a complexidade da opressão social e a relacionalidade como motor da esperança.

**Palavras-chave:** educação; epistemologia; intersecção; ciência; humanidades.

### TRAMA AND INTERSECTIONALITY: A DIALOGUE BETWEEN PAULO FREIRE AND KIMBERLÉ CRENSHAW IN EDUCATION RESEARCH

### Abstract

In this article, we promote a dialogue between Paulo Freire and Kimberlé Crenshaw to examine the concepts of *trama* and intersectionality, exploring their limits and contributions.

We conducted a bibliographic study, considering the works of both authors who address the concepts of *trama* and intersectionality, as well as texts that discuss the reverberations of these notions within the humanities. Our reading of these concepts aimed to describe the meanings encompassed by these terms to characterize and differentiate them, thus allowing us to highlight the contributions of both. We conclude that Paulo Freire and Kimberlé Crenshaw wrote about *trama* and intersectionality at different times, resulting in epistemological, ontological, and methodological differences. However, when we place them in dialogue within the humanities, numerous possibilities for research and reflection on education emerge, such as the complexity of social oppression and relationality as the driving force of hope.

**Keywords:** education; epistemology; intersection; science; humanities.

## 1 PARA COMEÇO DE CONVERSA!

Após vinte e cinco anos da virada do milênio, *ainda* temos que falar o óbvio? Em 2015, no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), foi realizado o I Seminário Sobre Diversidade e Educação, cuja pergunta suleadora<sup>1</sup> era “ainda devemos discutir o feminismo?”. A palavra *ainda* aparece tanto em nosso questionamento como naquele feito pela organização do evento, isso porque tendemos a pensar que com os avanços tecnológicos, a expansão das mídias sociais e o acesso à informação, violências relacionadas a gênero, raça e classe não estariam mais presentes, ou, pelo menos, não tão presentes.

Contudo, nossas experiências e vivências no mundo, bem como dados de violência contra a mulher, contra a população LGBTQIAPN+ e o racismo *ainda* são frequentemente praticados em várias instâncias de nossa vida e nas diferentes instituições que frequentamos, desde as nossas próprias casas, passando pelos espaços públicos, as instituições escolares e o trabalho. Não fosse isso, não haveria necessidade de movimentos de resistência e da criação de núcleos e comitês para combater a violência e a discriminação, promover ações de inclusão e de formação sobre as pautas defendidas por esses movimentos.

Infelizmente *ainda* hoje precisamos falar sobre o assunto, algo que para nós pode parecer óbvio, pois para começo de conversa a violência está aí na nossa frente, foi a partir dessa emergência que há dez anos surgiu o Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS) no IFSP. E se estamos nos organizando para falar do tema é “justamente porque a diversidade e a igualdade não são práticas cotidianas” (Ahmed, 2022, p. 156).

---

<sup>1</sup> **Suleadora** - advém do verbo Sulear. É um conceito decolonial e crítico, popularizado por Paulo Freire e criado por Marcio D’Oliveira Campos, que propõe pensar, conhecer e agir a partir da perspectiva do Sul Global. Significa romper com a hegemonia epistêmica e cultural do Norte (nortear), valorizando a experiência local, a interculturalidade e o ensino público.

As práticas cotidianas de violência contra as mulheres, a população LGBTQIAPN+ e pessoas negras são reproduzidas nos ambientes escolares e acadêmicos. Pesquisas recentes têm evidenciado como esses grupos são cotidianamente violentados, os dados são alarmantes: “77,5% informaram que seus filhos, crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, já foram vítimas de bullying transfóbico no ambiente escolar” (Minha criança trans, 2022). “Nove em cada dez estudantes LGBTI+ sofreram agressão verbal na escola” (Agência Brasil, 2025). “Pelo menos 70% dos casos de racismo acontecem nas escolas. (Geledés, 2021).

Por isso, “precisamos dismantelar o que já foi montado; precisamos nos perguntar contra o que nós nos posicionamos, a que nós somos favoráveis, com plena consciência que esse nós não somos um alicerce pronto, mas algo pelo qual temos que trabalhar” (Ahmed, 2022, p. 15). É por esse algo a trabalhar e com intuito de promover ações para uma educação e um ambiente escolar não-sexista, antirracista e anti-LGBT que o NUGS vem trabalhando.

Diante do exposto e a fim de contribuir para as discussões que permeiam os interesses do NUGS, buscamos nesse artigo discutir a interseccionalidade, promovendo aproximações entre o pensamento de Paulo Freire sobre trama e as ideias de Kimberlé Crenshaw acerca da interseccionalidade. Apostamos nesse diálogo para pensarmos uma abordagem de pesquisa que seja relacional, situada e interseccional.

Neste texto buscamos fugir das representações arbóreas do conhecimento, por isso não apresentaremos as perspectivas dos autores como uma teoria rígida, mas sim como uma epistemologia elástica que, por meio do diálogo entre ambos, se estica, reestica e se comporta novamente, se movendo e se deslocando em uma conversa epistemológica nova. Com isso, propusemos uma abertura de ambas epistemologias para que, em conversa, elas possam se tramar, interseccionar, misturar e se transformar, para só então pensarmos o que é possível fazer na pesquisa educacional por meio de um diálogo entre Freire e Crenshaw.

Acreditamos que essa conversa entre Freire e Crenshaw seja relevante pelo modo como ambos autores tensionaram as ciências humanas e desestruturaram suas bases rígidas, calcadas nas ciências modernas e nos padrões impessoais de pesquisa. No caso, Freire e Crenshaw propuseram uma certa desconstrução da racionalidade científica e nos evocaram uma epistemologia que não está assegurada pela neutralidade dos sujeitos universais, mas pela situacionalidade dos sujeitos particulares; Freire pelo conceito de trama e Crenshaw pelo conceito de interseccionalidade.

Em um movimento contrário à impessoalidade, Freire (2013) não se camuflou nos rodapés da racionalidade do sujeito universal, mas, em diálogo com o existencialismo e com a fenomenologia, se reconheceu como ser-no-mundo, um ser encalacrado em tramas históricas e sociais. Para o educador, as tramas revelam que somos um ser-no-mundo que está situado em meio a um tempo histórico e social — às tramas do agora, que são reflexos do passado, mas também de projeções para o futuro.

Lutando contra a impessoalidade, mas no âmbito do direito, a advogada Kimberlé Crenshaw (1989) sistematizou o termo interseccionalidade na tentativa de compreender como a representação de um sujeito universal se dissolve facilmente na rede de diferenças e marcadores sociais que caracterizam a diversidade humana, como classe, raça, gênero e sexualidade.

A trama representa para Freire (2013) o que a interseccionalidade representa para Crenshaw (1989), uma possibilidade de compreender como a opressão social se constitui de modo complexo, intensamente conectada a diferentes dimensões da situação histórica e social que vivemos, como um verdadeiro emaranhado, um êmbolo de fios de múltiplas origens e destinos. A opressão, em ambos autores, surge como um fenômeno complexo, por isso as perspectivas que se propõem a investigá-lo também devem se complexificar, caso contrário, simplicariam a realidade opressora, em vez de codificá-la e decodificá-la em sua complexidade.

Diante disso, fortalecer o diálogo entre Freire e Crenshaw é de suma importância para demonstrarmos como essas ideias se aproximam, como é possível complexificar as nossas investigações em Educação pelas lentes da trama e da interseccionalidade, assim como apontar outros caminhos que podem ser construídos no diálogo entre as pedagogias críticas e libertárias e os pensamentos feministas.

Optamos, portanto, por fazer uma descrição do conceito de trama a partir de diferentes textos de Freire e outros autores que trabalharam com esse conceito. Assim também fizemos com o conceito de interseccionalidade de Crenshaw. Ao final, não contrapusemos os conceitos, mas tentamos pensar e operar por meio das porosidades de ambos os termos, provocando elasticidade e maleabilidade epistemológica, para então, abrir caminhos para pensarmos o que nós *ainda* podemos fazer na pesquisa educacional certa vez que a situação de opressão sempre se renova e se reforça.

## 2 AS TRAMAS DE PAULO FREIRE

“Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos na prática social de que tomamos parte.” (Freire, 2021, p. 103).

Freire possuía um estilo simples, potente, poético e político de escrita. O educador era um mestre da arte de lidar com as palavras. Certamente isso tem a ver com o fato dele ter sido um exímio alfabetizador e estudioso do processo de educar como alfabetizar, mas também por sua trama ontológica, metodológica e epistemológica que flertava tanto com o existencialismo ateu, quanto com cristão, com a fenomenológica, com o marxismo, com os estudos culturais e com pensadores decoloniais.

É o olhar múltiplo e simples de Freire que, em várias de suas obras, subsidia o pensamento das tramas. Esse olhar é simples, se além à vida cotidiana, se interessa pela dimensão corriqueira e comum da vida vivida; esse é “[...] um olhar mais intuitivo, mais bisbilhoteiro, mais matreiro, que se imiscui na multidão, escutando-a, sentindo-a. É um olhar arruadeiro ou localizado” (Pais, 2003, p. 106). É um olhar fenomenológico que pensa a vida de modo situado, como o educador pensou e, ao fazê-lo, cunhou o conceito trama para dizer de como nosso ser-no-mundo é imiscuído em uma série de situações que são históricas, sendo a historicidade o caminho para o reforço ou para a desconstrução da opressão.

Para Freire (2013) a educação enquanto alfabetização promove a libertação caso o ato de educar acredite e pratique que “a leitura do mundo antecede a leitura da palavra” (Freire, 1989, p. 9), caso contrário ignora o mundo-da-vida e reforça a leitura da palavra, “depositando” nos educandos os sentidos que as palavras já escritas dizem sobre as coisas do mundo, ignorando a experiência fática de ser-e-estar-no-mundo, isso é, a experiência de uma trama do mundo. A leitura de mundo, para o educador, é a leitura das tramas nas quais nós estamos inseridos, por isso a leitura de mundo promove a libertação, porque ela não busca depositar um saber, como a leitura da palavra faz nas pedagogias opressoras, e sim ler o mundo/trama para que saberes sejam construídos a cada leitura. Assim, mundo e trama assumem um sentido muito próximo.

Passos (2008), estudioso de Freire, relacionou trama à condição existencial do ser-no-mundo que, nas fenomenologias, aterra o ser em sua historicidade e propaga que cada situacionalidade é um modo de ser-no-mundo, de se situar e se engajar existencialmente com o mundo-da-vida. Como:

[...] ser-no-mundo, estamos aí, expostos, ou melhor, postos, inelutavelmente, como um ser-aí, numa determinada história, inseridos num contexto complexo com determinações que nos solicitam respostas e provocam a liberdade última de aceitá-las ou rejeitá-las e, portanto, de decisões que modelarão nossos rostos. (Passos, 2008, p. 709)

Esse contexto histórico e social de determinações permeia toda a nossa existência de modo que não há como fugir das determinações, das questões do nosso tempo, somos sempre convocados a responder às solicitações do mundo de algum modo. Isso é a trama e como lidamos com ela.

Brandão (2010, p. 179) acentuou que “tudo o que existe entre a pessoa, a pedagogia e a educação, constitui planos, conexões, fios e tramas do tecido complexo e sempre mutante de uma cultura”. Assim, tudo que nos circunda é trama, assim como somos uma trama de tudo que nos circunda. Brandão (2010) e Passos (2010), cada um de um modo, nos advertem que nós somos as tramas que vivemos, algo que Freire (2013, p. 17) reforçou ao escrever que “carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura”. A trama é parte do ser que somos.

Freire (2021) acreditava fortemente nesta relação profunda entre ser e trama, tanto é que reforçou que, aos poucos, nos tornamos as práticas sociais das quais fazemos parte. É impossível sermos de outra forma que não seja enlacrado nas tramas do nosso tempo. Aceitá-las, inclusive, é abraçar as agruras da nossa situação histórica e lê-las buscando um caminho de desconstrução. Nem mesmo as noções mais corriqueiras, como as de mulher e de homem, podem ser vistas fora da trama:

É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível. (Freire, 2011, p. 46)

O olhar atento para as tramas não é para causar fatalismos, pelo contrário, lemos as tramas para promover a esperança, pois, compreender as estruturas de opressão acena para a possibilidade de sua desconstrução. As leituras das tramas, portanto, identificam a opressão ao mesmo tempo que permitem que elas sejam reescritas, dependendo de como nos engajamos com a realidade decodificada. Assim, os textos de Freire perpassavam as suas experiências de bonitezas, mas também de feiuras, como as suas descrições da época de exílio durante a Ditadura Militar no Brasil:

Cheguei ao Chile de corpo inteiro. Paixão, saudade, tristeza, esperança, desejo, sonhos rasgados, mas não desfeitos, ofensas, saberes acumulados nas tramas inúmeras vividas, disponibilidade à vida, temores, receios, dúvidas, vontade de viver e de amar. Esperança sobretudo. (Freire, 1992, p. 35)

Nas obras do autor as tramas assumem diferentes características, formas e facetas, pois cada descrição rigorosa que Freire faz de um fenômeno nos leva a uma perspectiva das tramas existenciais que vive; por mais que a opressão seja um tema recorrente, ela é abordada a partir de diferentes leituras. Assim, as tramas surgem molhadas de afetos, de vontades, de histórias e de imaginação, mas sempre dinâmicas, pois elas são fugidias, elas não são inertes como redes objetos, que são redes imóveis. As tramas não são como uma rede normal (Streck, 2006). Passos (2008, p. 409) enfatizou que as tramas possuem:

[...] inesgotáveis sentidos que emolduram experiências, coisas, acontecimentos e palavras num determinado quadro de relações que lhes confere sentidos “outros”, diferenciados. Recomenda-se que nunca nos prendamos às palavras, isoladamente, mas às tramas às quais elas entretidas estão submetidas [...].

No entanto, apesar de toda a complexidade que as tramas impõem a nossa vida, somos apenas condicionados a elas, e nunca absolutamente determinados. Caso contrário, não haveria pedagogia capaz de desconstruir a situação de opressão. Desse modo, toda e qualquer trama é possível de descostura, mas a desconstrução precisa ser complexa tanto quanto a situação opressora. Em Freire a desconstrução das tramas e das determinações históricas e sociais do ser é representada pelo inacabamento, que o educador aponta como a condição existencial do ser em seus escritos:

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado. A diferença entre o inacabado que não se sabe como tal e o inacabado que histórica e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado. (Freire, 2011, p. 43)

[...]

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam. (Freire, 2011, p. 43)

Tomemos a frase “sei também que os obstáculos não se eternizam” como abertura. Nesse trecho, mais uma vez, Freire apontou o condicionamento histórico e não a absoluta determinação do ser. Se os obstáculos não se eternizam, nós somos radicalmente um ser inacabado, em processo de construção e, por isso, abertos à desconstrução e a reconstrução. É

como se os fios da trama tecessem uma colcha de retalhos sempre em transformação, que é a própria vida histórica e social.

Nessa trama existencial ora costuramos novos fios, ora os cortamos, ora os descosturamos. É fato que há saída e possibilidade de libertação em toda situação opressora. No entanto, nem sempre nós somos ensinados a ler as tramas para desconstruí-las, muitas vezes somos ensinados a repetir as tramas nas quais já estamos imersos. É nisso que se resume a pedagogia do oprimido. É nessa mesma relação que a conscientização emerge como possibilidade de libertação, pois ao lermos as tramas e nos conscientizarmos delas podemos pensar nas possibilidades de abrir novos caminhos. No entanto, nada disso é possível se não nos atentarmos às tramas que vivemos no mundo-da-vida. Uma delas é a interseccionalidade, termo que por si mesmo já mostra a tessitura das relações que permeiam nossa vida.

### 3 A INTERSECCIONALIDADE DE CRENSHAW

“Ou a liberdade é indivisível e trabalhamos em conjunto por ela ou você estará em busca de seus próprios interesses e eu dos meus.” (Jordan *apud* Collins, 2017, p.7)

Desde os anos 1980 arvoram-se questões relacionadas à interseccionalidade no âmbito das Ciências Humanas, mas foi nos anos 2000 que esse conceito ficou amplamente conhecido com o texto da feminista norte americana Kimberlé Crenshaw (1989), “Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas”. Mais tarde, em 1991, foi no texto “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor”, que Crenshaw (2017) recorreu ao conceito mais explicitamente, erigindo, assim, a possibilidade de diálogos interseccionais.

Antes de adentrarmos as ideias de Crenshaw, é importante contextualizar o que estava sendo discutido pelo feminismo negro em outros âmbitos, para além da academia, porque esses aspectos contribuíram, sem dúvida alguma, para que ela sistematizasse o conceito de interseccionalidade.

Collins (2017), estudiosa das questões de interseccionalidade, apontou que antes de estarem presentes em estudos acadêmicos as ideias acerca da interseccionalidade já apareciam nas políticas feministas negras, desde a década de 1960. A luta das mulheres negras pela liberdade era expressa em panfletos de movimentos sociais, em poesias, em romances e em ações que visavam combater as opressões raciais, sexistas e de classe. Collins defendeu que o trabalho de June Jordan foi um dos pioneiros na temática, pois ela entendia que as mulheres

negras estadunidenses não poderiam se tornar livres se focassem suas lutas apenas nos próprios interesses. Em suas palavras:

A ideia de interseccionalidade e a solidariedade política que a sustentava tinham o objetivo de tornar a liberdade significativa para pessoas cujas experiências de vida estavam circunscritas pelo racismo, o sexismo, a exploração de classe, o nacionalismo, a religião e a homofobia. (Collins, 2017, p. 7)

Considerando esses aspectos históricos, a advogada e defensora dos direitos civis Kimberlé Crenshaw, apesar de não ser militante de movimentos sociais na época, estava familiarizada com as reivindicações desses movimentos e destinou suas investigações para as demandas de sexo, raça e gênero. Nesse contexto, as preocupações da autora estadunidense pautaram-se nas garantias de direitos para todos no tocante às questões das diferenças sociais. Para Crenshaw (1991, p. 54):

[...] o termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, o sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras.

Crenshaw (2002) sistematizou e fundamentou o campo das interseccionalidades, propiciando um movimento metodológico e epistemológico voltado para as questões da mulher negra no feminismo e o entrecruzamento das diferentes formas de opressão que elas sofriam (e ainda sofrem). De antemão, a autora elucidou a interseccionalidade como:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p.177)

Dialogando com Freire, podemos considerar que os fios de determinações, lidos a partir de Crenshaw como os marcadores de raça, de gênero e de classe, são lidos por ela para compreender as relações entre poder e identidade, para promover discussões e práticas que enfoquem as mudanças socioculturais, especialmente no âmbito jurídico e acadêmico. Além disso, ao reconhecer e valorizar as experiências a partir do princípio epistemológico de *standpoint* (Collins, 2017), ela abre possibilidades para dialogarmos com o que chamamos de determinações, as formas de condicionamentos (como os marcadores sociais da diferença) do ser-no-mundo que tecem as tramas da nossa existência histórica e social.

Para Crenshaw (2015, p. 02), a possibilidade de emancipação e empoderamento dos grupos oprimidos reside na reflexão sobre suas identidades e as relações que elas mantêm com o poder empoderador e apoderador. Nesse âmbito, a interseccionalidade:

[...] é uma sensibilidade analítica, uma forma de pensar sobre **identidade** e a sua relação com o poder. Originalmente criada em nome das mulheres negras, o termo trouxe à luz do dia a invisibilidade de vários elementos dentro de grupos, que apesar de reclamarem essas pessoas como seus membros, regularmente falham na sua representação. As supressões dentro da interseccionalidade não são exclusivas das mulheres negras. *Pessoas de cor* dentro do movimento LGBTQ; *raparigas de cor* na luta contra a via escola-prisão; mulheres dentro dos movimentos imigrantes; mulheres trans dentro dos movimentos feministas; e pessoas com deficiências a debater o abuso por parte da polícia – todas enfrentam vulnerabilidades que refletem intersecções de racismo, sexismo, opressão de classes, transfobia, capacitismo, entre outras. A interseccionalidade deu a vários ativistas uma forma de apropriar as suas próprias circunstâncias e lutar pela sua visibilidade e inclusão (grifos do original).

Um dos pontos fulcrais é pensar a interseccionalidade como mediação e interação para além das epistemologias, isto é, reverberar as situações de cada ser-no-mundo que se vê entrelaçado com as tramas que lhe são propiciadas pela interseccionalidade. Essa interação circunscrita pela trama é perpassada pelas categorias sociais da diferença. Sendo assim, as teorias interseccionais não se tornam eficientes apenas por identificarem esses mecanismos de opressão das mulheres negras, mas por localizá-los e expô-los de modo que não sejam universais, mas intensamente particulares.

O que provoca a autora mais profundamente é a declividade do próprio sistema de garantia de direitos. Ora mulheres são protegidas por esses direitos, ora não. Isso implica diretamente na vulnerabilidade e na precariedade dessas mulheres que possuem seus direitos violados. Nesse sentido, ela argumenta:

A proteção dos direitos humanos das mulheres foi comprometida à medida que suas experiências poderiam ser definidas como diferentes das dos homens. Assim, quando mulheres eram detidas, torturadas ou lhes eram negados outros direitos civis e políticos, de forma semelhante como acontecia com os homens, tais abusos eram obviamente percebidos como violações dos direitos humanos. Porém, quando mulheres, sob custódia, eram estupradas, espancadas no âmbito doméstico ou quando alguma tradição lhes negava acesso à tomada de decisões, suas diferenças em relação aos homens tornavam tais abusos experiências em se tratando das garantias básicas dos direitos humanos. (Crenshaw, 2002, p.172)

Ao analisar a obra de Crenshaw, Assis (2019, p. 21), em “Interseccionalidade”, alerta sobre os riscos de tornar a interseccionalidade invisível, apagando camadas das diferenças sociais, como situações em que “[...] a perspectiva de gênero não permite olhar para outros

marcadores sociais da desigualdade em que as mulheres se situam, e a leitura da raça somente também não visibiliza outras discriminações”.

Nesse sentido, Akotirene (2018) lançou mão de uma problematização teórica no que tange o conceito de interseccionalidade. A autora anunciou questões propositivas às mulheres negras desde os primeiros movimentos inclinados a essa investigação. Para Akotirene (2018) a interseccionalidade visa uma comunhão com os feminismos negros:

O Feminismo Negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer e Intersexos (LGBTQI), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras. (Akotirene, 2018, p. 19)

O conceito de interseccionalidade ganhou visibilidade na academia e tem sido adotado pelos movimentos sinalizados por Akotirene (2018). Entretanto, muitas vezes ele se apresenta separado das políticas emancipatórias, contradizendo as ideias de Crenshaw, que foi clara ao defender a interseccionalidade como “uma construção de justiça social, e não como uma teoria da verdade desvinculadas das preocupações de justiça social” (Collins, 2017, p.12).

Se, ainda hoje, em nossa sociedade, as determinações se encontram enodadas por forças patriarcais e racistas poderosas, é importante identificá-las e compreender que atuam de forma entrelaçada, oprimindo a liberdade dos grupos precarizados. Diante disso, poderemos agir no sentido de desfazer os nós das tramas sociais, pois eles são passíveis de desembaraço, desde que todos os fios dessa amarração sejam considerados.

Cabe lembrar que, ao tentarmos desfazer um nó, podemos até puxar um fio acreditando em seu desatar, mas nos surpreendermos com o surgimento de um novo nó, tão perturbador quanto o primeiro que tentávamos desfazer. Isso ocorre porque as tramas, por vezes, se assemelham às “camas de gato” das brincadeiras infantis: difíceis de desfazer e, nesse caso, dolorosas e nocivas.

#### **4 A TRAMA E A INTERSECCIONALIDADE COMO LETRAMENTO NÃO DISCIPLINAR**

Infelizmente *ainda* hoje precisamos falar sobre o assunto. Retomamos essa frase que adicionamos na introdução deste texto. Retomamos por *ainda* ser necessário enquanto uma ferramenta de letramento. Letrar, nesse sentido, não representa um caminho único, mas uma condição de possibilidade e urgência.

O feminismo negro no qual Crenshaw se apoia e milita tem como um de seus objetivos lutar contra as desigualdades de gênero e de raça para promover políticas emancipatórias para a construção de uma sociedade mais justa.

De acordo com Collins (2017), sua principal preocupação não era cunhar um termo ou um conceito que fosse adotado pela academia, mas a partir da ideia de interseccionalidade coadunar e propagar os princípios do feminismo negro como “liberdade, equidade, justiça social e democracia participativa” (Collins, 2017, p.15). É nessa interface que pensamos haver uma possibilidade de diálogo com as pedagogias libertadoras de Freire pois, assim como Crenshaw, o educador não buscava aceitação acadêmica, mas abrir caminhos de leitura e desconstrução da opressão social na educação, ou seja, como possibilidade de leitura e de transformação.

Assim como Crenshaw, Freire se envolveu em movimentos sociais, por isso muito de suas pedagogias foi construído em relação às experiências de/com/em movimentos camponeses, sindicais e os grupos em favor da Teologia da Libertação. Desde o início dos seus trabalhos, a sua preocupação era a libertação das classes populares e dos povos oprimidos. Desde sempre a sua intenção era promover uma práxis libertadora, que para ser viável deve ser comprometida com as tramas vividas pelos povos oprimidos. Não é por menos que, por vezes, Freire (2013) criticou os próprios movimentos educacionais que buscam *falar para* os oprimidos, e não *falar com* os oprimidos, reproduzindo a pedagogia da opressão que apenas deposita nos educandos os conteúdos que imagina serem capazes de salvá-los.

Nesse contexto de similaridades e peculiaridades, propomos uma trama que una Freire e Crenshaw em favor de um modo de pesquisar e de pensar educação que busque autonomia e libertação, e acreditamos que o diálogo entre trama e interseccionalidade possa contribuir com esse modo de ser-no-mundo. Nesse sentido, a trama nos acena para uma comunhão entre eles, para que possamos complexificar nossas investigações por meio desses olhares para a vida que vivemos e investigamos.

Compreendemos, portanto, que tramar Freire e Crenshaw, na pesquisa, convoca os pesquisadores a ler a existência humana em sua complexidade, levando em conta a sua trama existencial que a situa e a circunscreve em um mundo histórico e social. Como ser-no-mundo não podemos ser lidos, interpretados e escritos como realidades universais, de modo que nossas particularidades sejam anuladas em generalizações conceituais que mais nos destituem de nossa existencialidade do que desvendam as tramas da nossa existência.

Nesse sentido, trama e interseccionalidade não se revelam como conceitos ou categorias de codificação da existência, mas como modos de leitura, escritura e também reescritura da existência.

Apesar de trama e interseccionalidade serem conceitos distintos e criados por autores diferentes, eles acenam para um mesmo caminho: *a vida em sua complexidade*.

É necessário frisar que as tramas e a interseccionalidade são parte do nosso ser e, portanto, constituem a nossa ontologia. Ninguém entra em uma trama por desejo próprio, nem sai dela apenas porque deseja sair. Isto é, nós somos interseccionalidade e trama. No entanto, nem sempre nos damos conta disso, e é para nos tornar cientes das situações de opressão que a educação se vale dos valores de autonomia, emancipação e libertação.

Por exemplo, uma mulher preta periférica pode se tornar consciente das opressões que vive aos 28 anos de idade, mas isso não quer dizer que as tramas e as interseccionalidades apenas começaram a existir no momento em que ela se deu conta delas. Pelo contrário, a opressão sempre existiu e se camuflou bem, inclusive, esconder-se e velar-se é um dos modos pelos quais a opressão opera, é preciso que ela se esconda para que não seja descoberta e, então, desconstruída.

Queremos dizer que a opressão antecede a conceituação, e não há opressão que antes de ser compreendida já não estivesse habitando a nossa subjetividade, esse é um dos pontos da questão: *desconstruir a própria subjetividade a ponto de ela retirar a opressão que a constitui existencialmente de dentro de si* (Freire, 2013). Do mesmo modo, vemos em Crenshaw (2015) que, mesmo antes da criação do conceito de interseccionalidade surgir nas pesquisas, os sujeitos pesquisados já viviam o peso dessas tramas opressoras. Diante disso, uma outra questão nos é desvelada: *o letramento necessário para pensar com as tramas e com a interseccionalidade*.

Pensar o letramento racial, de gênero e de sexualidade, nesse contexto, é algo desafiador, porque exige uma atitude diferente para quem atua no âmbito da pesquisa em educação escolar e não escolar. No que se refere à pesquisa educacional nas duas dimensões, é preciso ressaltar que o que tanto a trama quanto a interseccionalidade nos apresentam como possibilidade é um olhar relacional para o fenômeno pesquisado, haja vista que tudo é compreendido em tramas e, conseqüentemente, em uma rede de relações interseccionais. Porém, dependendo do tipo de abordagem utilizada, as tramas e as interseccionalidades podem ser mal entendidas.

É comum que, em estruturas científicas mais tradicionais, uma abordagem relacional seja lida como “abrangente” e com “pouco foco”, principalmente porque essas abordagens não se apegam à disciplinaridade científica, que muitas vezes restringe a pesquisa ao que se imagina que seja parte da área disciplinar que a alberga.

Por exemplo, em uma pesquisa geográfica que estuda mobilidade urbana, redes e fluxos a partir de uma abordagem mais tradicional da Geografia Urbana, os preconceitos vividos por passageiros de ônibus seriam notados e até apontados, mas dificilmente receberiam muita atenção, porque esses tópicos são comumente atribuídos a outras áreas, como as Ciências Sociais. No entanto, em uma pesquisa baseada nas tramas e nas interseccionalidades isso não aconteceria, porque tudo que emerge como “fio” da trama pesquisada é parte do fenômeno, e retrata como ele é experienciado no mundo.

Em educação, esse é um trabalho árduo, pois somos formados disciplinarmente e, como sujeitos disciplinares, somos constituídos por um modo disciplinar de ler e interpretar o mundo, e tendemos quase sempre a “repartir” o mundo em conceitos instrumentais que nos possibilitam a lê-lo cientificamente, mas em contrapartida acabam destituindo-o de sua complexidade. De fato, a disciplinaridade parece ser um empecilho para o trabalho interseccional.

Por um lado, todas as tramas da sociedade estão dentro das escolas corporificadas em cada educando, sendo eles as pessoas que carregam as tramas da sociedade em suas costas; a representação de tudo que enfrentamos à nível de classe, gênero, religião, raça, sexualidade, trabalho e todas as formas de identidade. Por outro lado, compartimentada em disciplinas, a educação tem enfrentado desafios para um olhar interseccional. Oprimidos pelas avaliações disciplinares e em larga escala os educadores são impossibilitados de abordarem a vida de modo interseccional. Qualquer prática, fenômeno, conteúdo, sentido ou debate que, à primeira vista, não seja parte de determinada disciplina é mal visto; é tido como perda de tempo e acaba sendo excluído dos processos de ensino.

Assim, as tramas e as interseccionalidades relevam-se como um caminho possível para o enfrentamento ao pensamento único que, como fenômeno histórico e social, está imerso em certas tramas, dentre as quais a disciplinaridade e as estruturas científicas rígidas são o bloqueio mais forte, que insiste em reduzir e empobrecer as abordagens de pesquisa, quando a perspectiva que buscamos apresentar tem como premissa torná-las complexas, ramificando as pesquisas para toda a área de abrangência dos fenômenos pesquisados.

Desse modo, temos a interseccionalidade e a trama não só como desafio epistemológico, mas também ontológico e metodológico, pois requer que enquanto pesquisadores busquemos a trama e a interseccionalidade como modo de ser, compreender e inferir no mundo. Em termos ontológicos, desafia as práticas disciplinares e nos faz questionar os estatutos científicos que, ao recorrer a métodos não interseccionais, reforça o velamento da complexidade da existência.

Assim, a reconceituação do que imaginamos como pesquisa, educação, metodologia, resultado, método e procedimentos é o primeiro passo para que abramos caminho para um modo de pesquisa interseccional, verdadeiramente aberto às tramas da vida e aos problemas do nosso tempo.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Nove em cada dez estudantes LGBTI+ sofreram agressão verbal na escola**. Brasília, DF, 22 abr. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-04/nove-em-cada-dez-estudantes-lgbti-sofreram-agressao-verbal-na-escola>. Acesso em: 15 maio 2026.

AHMED, Sara. **Queer Phenomenology**: Orientations, objects, others. Durham and London: Duke University Press, 2006.

AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. São Paulo: Ed. UBU, 2022.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Ed. Letramento, 2018.

ASSIS, Daiane Nayara Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador, BA: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554207/2/eBook%20-%20Interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 14 dez., 2024.

BRANDÃO, C. R. Cultura (movimentos de cultura popular). *In*: STRECK, D. R;

REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. **Dicionário Paulo Freire**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 179-180.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago. Iss. 1, Article 8. Vol. 1, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas — Parte 1/4. **Geledés**, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8A-Parte-1-4/>. Acesso em: 31 jan., 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Porque é que a interseccionalidade não pode esperar. **Ação pela Identidade**, 2015. Disponível em: <<https://apidentidade.wordpress.com/2015/09/27/porque-e-que-a-interseccionalidadenaopode-esperar-kimberle-crenshaw/>>. Acesso em: 26 dez. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v.5, n.1, 2017.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 189.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Pelo menos 70% dos casos de racismo acontecem nas escolas**. São Paulo, 18 jun. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pelo-menos-70-dos-casos-de-racismo-acontecem-nas-escolas/>. Acesso em: 22 maio 2024.

MINHA CRIANÇA TRANS (ONG). **Crianças e adolescentes trans sofrem hostilidade nas escolas brasileiras, mostra pesquisa inédita**. [S. l.], 16 nov. 2022. Disponível em: <https://minhacriancatrans.org/blog/publicacao/2146698/crian-as-e-adolescentes-trans-sofrem-hostilidade-nas-escolas-brasileiras-mostra-pesquisa-in-dita>. Acesso em: 15 maio 2024.

PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana**: Enigmas e Revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

PASSOS, Luiz Augusto. Trama. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. **Dicionário Paulo Freire**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 709-710.

STRECK, D. R. **Pedagogia no encontro de tempos: ensaios inspirados em Paulo Freire**. Petrópolis: Vozes, 2006.

